

O METAVERSO DO ESG

A realidade mostra problemáticas – e necessidade de ações – bem mais complexas do que o universo encantado em que todos os desafios socioambientais e éticos simplesmente se resolvem.

Mario Monzoni - Coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV EAESP (FGVces). **E-mail:** mario.monzoni@fgv.br

Fernanda Carreira - Pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV EAESP (FGVces). **E-mail:** fernanda.carreira@fgv.br



“Você já teve um sonho, Neo, que parecia ser verdadeiro? E se você não conseguisse acordar desse sonho? Como você saberia a diferença entre o mundo dos sonhos e o mundo real?”

(Diálogo entre Morpheus e Neo, na trilogia do filme Matrix).

Uma combinação entre inteligência artificial, *machine learning* e internet das coisas turbinada com 5G, *cloud computing* e processadores ultravelozes tem permitido nos transformar em avatares, experienciando realidades virtuais e desafiando as fronteiras entre o real e o imaginário. As aplicações desse novo fenômeno não se dão somente no mundo dos aplicativos de jogos, mas passam pelo cinema, pelos shows e pelas vivências como verdadeiros esportistas de alto desempenho. O céu é o limite!

Na mesma velocidade, o acrônimo ESG – *Environmental, Social and Governance*, em inglês –, ou ASG – Ambiental, Social e Governança, em português,

Resumo

Objetivo: propor uma reflexão crítica sobre o “tsunami” ESG, que passou a tomar conta da agenda empresarial em 2021.

Estado da arte: embora haja avanços na incorporação de aspectos ambientais, sociais e de governança nas estratégias e práticas empresariais e nas análises de investimento, quando confrontados com dados, vemos a lacuna existente entre esse ESG coletivamente imaginado e os desafios socioambientais que a ciência nos alerta.

Originalidade: a partir de um levantamento histórico, este artigo mostra que o ESG é mais um déjà vu do que uma novidade. Também refletimos sobre como o ESG deveria abordar as questões socioambientais atuais a partir de uma economia ecológica, em que o desafio é mais do que incorporá-lo na estratégia empresarial, mas mudar o paradigma e a lógica de fazer negócios.

Impactos: espera-se que a leitura do artigo possa alertar a comunidade empresarial e financeira – e a sociedade – sobre a necessidade de mudar o paradigma e a lógica de fazer negócios se, de fato, pretendemos enfrentar os imensos desafios socioambientais e éticos da sociedade contemporânea.

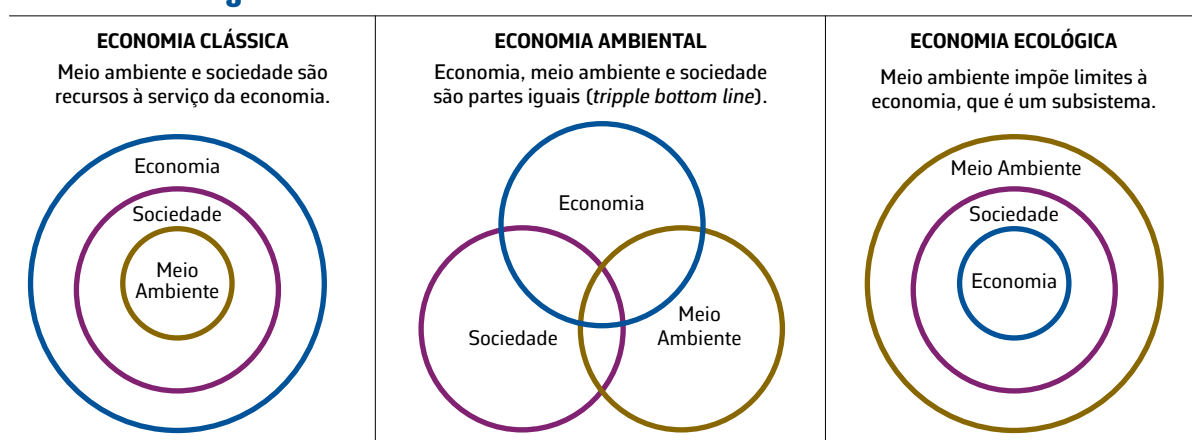
Palavras-chave: ESG, sustentabilidade, finanças, estratégia empresarial, metaverso.

viralizou como um *tsunami* pelas mídias e redes sociais, sendo rapidamente consumido pelas “elites” financeira, empresarial e acadêmica. É como se, por meio de um par de óculos 3D chamado de ESG, a realidade se transformasse em um metauniverso encantado, um imaginário coletivo em que todos os desafios socioambientais e éticos simplesmente desaparecessem. O metaverso do ESG.

Porém, somos confrontados com dados que apontam o tamanho da lacuna existente entre esse ESG coletivamente imaginado e o que grita a ciência. Traremos esses dados de realidade já como uma provocação de como a lente ESG deveria abordar os complexos desafios socioambientais de nossos tempos: a partir de uma economia ecológica¹ ou de uma sustentabilidade forte (Figura 1). Isso significa que os limites à sociedade e, em última instância, à economia, são dados pelo meio ambiente, e não o contrário, como prevê a Economia Clássica.

Figura 1.

Economia Ecológica: um ESG ancorado na realidade



FONTE: ADAPTADO DE KURUCZ, COLBERT, & MARCUS (2014)

O RETRATO E O VÍDEO

Em 2015, o *Stockholm Resilience Institute* atualizou seu estudo sobre limites planetários, publicado pela primeira vez em 2009, e revelou que a humanidade já está vivendo fora de um espaço operacional seguro em relação a quatro dos nove limites planetários: mudanças climáticas, biodiversidade, mudanças no sistema terrestre e fluxos biogeoquímicos, que são os ciclos de nitrogênio e fósforo da Terra, fortemente impactados pelo agronegócio e pela indústria globais². Uma nova atualização está prevista para o ano de 2022, que certamente irá incorporar os resultados do sexto relatório do Painel Internacional sobre Mudanças do Clima³ (IPCC), o qual aponta para alterações irreversíveis dos efeitos das mudanças climáticas, como o aumento contínuo do nível do mar.

Ainda na dimensão ambiental, um estudo feito pela Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) mostra que há fortes evidências de que já estamos no meio de uma extinção em massa global: 25% das plantas e animais avaliados, o que representa um milhão de espécies, estão deixando de existir.

Quanto à camada da sociedade, se houve alguma evolução nos últimos anos em relação à pobreza e à desigualdade social, a Covid-19 nos levou de volta para trás. Dados do relatório lançado pelo Banco Mundial em 2021⁴, mostram que, em dois anos de pandemia, houve um avanço significativo de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema, sendo os países africanos e sul-asiáticos os mais afetados. Conforme critérios adotados pelo banco, são consideradas pessoas pobres quem vive com renda *per capita* inferior a US\$ 5,50 por dia (3,27 bilhões de pessoas) e extremamente pobres quem vive com US\$ 1,90 por dia (696 milhões de pessoas). No Brasil, o total de pobres quadruplicou em relação à linha de US\$ 1,90 por dia (ou R\$ 155 por mês), superando 50 milhões de pessoas (24,1% da população).

Se a pobreza cresceu, a desigualdade de renda no Brasil continua historicamente alta. O país ocupa a 156^a. posição no ranking de desigualdade de rendimentos global⁵. Na questão racial, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período entre 2012 e 2019, a população declarada preta ou parda teve rendimento domiciliar per capita médio correspondente à metade do observado na popula-

ção branca. Mais ainda, em 2019, pretos e pardos estavam entre os 10% com menores rendimentos (77% desse grupo), enquanto no outro extremo, entre os 10% com maiores rendimentos, a população branca era maioria (70,6%)⁶.

Além disso, as taxas de saneamento do país permanecem como um desafio aparentemente invencível: segundo o Instituto Trata Brasil e seu Ranking 2021⁷ – com dados oficiais de 2019 do (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) –, ainda mantemos quase 35 milhões de pessoas sem serviços de água tratada, sendo 5,5 milhões nas 100 maiores cidades. Aproximadamente 100 milhões permanecem sem acesso à coleta de esgotos. Sem tratar 49% dos esgotos que geramos, estamos jogando na natureza cerca de 5,3 mil piscinas olímpicas por dia de dejetos no meio ambiente.

Se a foto é essa, o vídeo é menos pessimista e revela um lado mais cheio do copo. Foi anunciado em 2020 pelo CEO da BlackRock, Larry Fink, que a maior administradora de investimentos do mundo passaria a incorporar na gestão e construção de seu portfólio questões de sustentabilidade e riscos climáticos. O comunicado gerou um efeito dominó nas grandes empresas, que correram para se posicionar e relatar suas ações ESG. Assim, vimos estampar nos noticiários especializados compromissos assumidos de metas de redução de emissão como ações ESG e sumir a palavra sustentabilidade empresarial. ESG foi o novo nome adotado para demonstrar, principalmente ao mercado financeiro, o engajamento do setor empresarial em questões socioambientais. E, sem dúvida, esse é o lado cheio do copo.

Porém, os conceitos por trás do embrulho novo do ESG não são tão inovadores assim. O que vemos agora, longe de ser “uma nova onda”, é o resultado de um movimento histórico, um acúmulo de compreensões a respeito da relação dos processos naturais com os sociais – econômicos incluídos –, com raízes sólidas na ciência. A novidade é que o tema ganhou escala e suas razões precisam ser entendidas. O fato é que estamos apenas na fase I do joguinho, o de uma leve expansão das consciências sobre os desafios globais da sustentabilidade. Para passar para as próximas etapas, é necessário resgatar onde e quando essa onda se formou e propor uma reflexão crítica para que o ESG seja uma realidade e não um imaginário compartilhado – ou uma nova “narrativa”.

A HISTÓRIA IMPORTA

A revisão da literatura sobre a gênese do que hoje chamamos de ESG nos transporta aos sermões de John Wesley, o fundador do movimento metodista, na Inglaterra do século XVIII. Já naquele momento, ele dizia não ser possível ganhar dinheiro às custas da vida nem às expensas da nossa saúde. No mesmo período, na América, a *Society of Friends*, ou a vertente religiosa *Quakers*, proibia seus seguidores de participar de atividades de comércio de seres humanos, antecipando o movimento da promulgação do Ato de Emancipação pelo fim da escravidão, que seria assinado por Abraham Lincoln nos Estados Unidos 100 anos depois.

Tirando esses soluços de moralidade – nesses casos, de caráter religioso –, até 60 anos atrás, a incorporação de questões ambientais, sociais e de governança em tomadas de decisão era um não-assunto. A economia e o meio ambiente viviam em mundos paralelos e não havia nenhum questionamento contundente sobre a capacidade deste continuar oferecendo suporte para o desenvolvimento econômico. Veja que não estamos aqui nem perto da Economia Clássica.

A industrialização crescente tornava-se sinônimo de prosperidade e as medidas de produção eram proxis para o que se chamava de desenvolvimento. O progresso era simbolizado e manifestado pela poluição lançada em forma de fumaça pelas chaminés das fábricas⁸. Os avanços tecnológicos que se aceleraram em seguida da Revolução Industrial proporcionaram ganhos materiais a uma parcela pequena da população global.

Como uma máquina, o modelo se reproduziu e continua a se reproduzir, só que agora com uma população multiplicada por oito. O que vemos, com os dados científicos de hoje, é que essa prosperidade não passou impunemente: segundo estudiosos da Geologia, é nesse intervalo da nossa história – Revolução Industrial, guerras mundiais e pós-guerra – que a ação humana tornou-se força impulsionadora de uma degradação ambiental sem precedentes e catalisadora de uma iminente catástrofe ecológica⁹. A degradação é tamanha que adquire patamar de nova era geológica, a do Antropoceno. No topo disso, deixou um legado de abusos de direitos humanos, fome, pobreza e desigualdade, inconcebíveis à luz do privilégio de uma racionalidade humana e dos recursos econômicos e financeiros já acumulados.

Se para uma parte dos países do Norte global a prosperidade e o desenvolvimento eram latentes, os países do Sul global, à época nomeados como Terceiro Mundo, tiveram não só uma industrialização tardia, mas também um desenvolvimento social lento e uma prosperidade para poucos. Nasceram então, em 1960, os primeiros estudos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU), para questionar o imaginário de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. Em 1972, o Clube de Roma divulgou o relatório *The Limits to Growth*, enquanto, em

Estocolmo, a ONU realizou a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano.

A partir daí, começaram a brotar os ativismos socioambientais e uma agenda internacional de estudos, conferências, convenções, acordos multilaterais, pactos setoriais, normas e conceitos que buscavam dar conta de um debate que viríamos a chamar, em 1987, de Relatório Nosso Futuro Comum, sobre desenvolvimento sustentável. A Figura 2 traz uma série de outros marcos históricos, como a Rio 92 e a Rio+20; o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que em 2015 foram substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua Agenda 2030; além da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas e as famosas Conferências das Partes (COP), sendo a mais recente a de Glasgow, que aconteceu em 2021.

Todos esses marcos são relevantes para compreendermos que o ESG está mais para um *déjà vu* do que para uma novidade. Isso ficará ainda mais claro a seguir, quando acrescentarmos nessa linha do tempo aspectos ambientais, sociais e de governança no setor financeiro.

Mas, por hora, é importante dizer que a agenda internacional de debates em torno do desenvolvimento sustentável teve e continua tendo desdobramentos para a atuação empresarial. As corporações passam a ser cada vez mais cobradas a assumir compromissos, fazer investimentos e reportar com transparência suas atividades para a promoção de um desenvolvimento sustentável, não só porque suas externalidades as tornam parte relevante do problema, mas também porque exercem hoje, mais do que nunca, poder econômico e político local e globalmente¹⁰.

Desde a década de 1990, dois conceitos diferentes, porém comumente usados como sinônimos, estavam sendo utilizados pelas empresas para estruturar suas ações e discursos em torno dos impactos dos negócios nas esferas ambiental, social e econômica: a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e a Sustentabilidade Empresarial (SE). Porém, em 2020, o que vimos acontecer foi o ESG se sobrepor, ao menos como narrativa, ao que vinha até então sendo adotado pelas empresas: ao vestirmos os óculos 3D para adentrarmos o Metaverso, RSE e Sustentabilidade Empresarial parecem agora termos do passado, como se tudo isso tivesse desaparecido ou ficado em uma outra realidade.

Figura 2.

Marcos históricos da sustentabilidade

1950	1960 -1968	1970 -1972	1987	1992	2000	2012	2015
Percepção sobre riscos da poluição nuclear.	Estudos da CEPAL. Primavera silenciosa (1953) e advento das chuvas ácidas em países europeus.	Clean Air Act (Estados Unidos). Clube de Roma <i>The limits to Growth</i> . Conferência sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo).	Relatório “Nosso Futuro Comum”.	Rio-92. Convenções Biodiversidade e Mudanças Climáticas (resultou no Protocolo de Kyoto). Agenda 21.	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).	Rio+20. Relatório “O Futuro que queremos”.	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Agenda 2030.

FONTE: ELABORADA PELOS AUTORES

ESG: NOVIDADE OU DÉJÀ VU?

Será preciso retornar novamente no tempo, porém, dessa vez, nossa viagem ao passado nos levará a outra agenda – a de investimentos – e a um outro olhar – o do mercado financeiro. Assim, voltemos à segunda metade do século XX: época do regime do *apartheid* na África do Sul e da Guerra do Vietnã. É então que surgem os primeiros fundos de investimentos com filtros negativos (ou *negative screening*), que não aceitavam em seus portfólios empresas que tinham relações com o regime de *apartheid* ou que fossem da cadeia de fornecimento do setor de armamento. Esses fundos inauguraram o que chamamos de *Socially Responsible Investing* (SRI), cuja característica naquele momento era não ter em suas carteiras de investimentos empresas dos setores de armas, bebidas, fumo ou de alto impacto ambiental, como petróleo, mineração, montadoras, entre outros.

Um segundo movimento do setor foi o de acompanhar os debates em torno do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade empresarial, criando assim uma segunda geração de fundos SRI, mas dessa vez usando filtros positivos (ou *positive screenings*), com um olhar para oportunidades e soluções que endereçassem as questões ambientais. Setores de energia renovável, biotecnologia, tecnologia da informação e reciclagem entraram no radar dos investidores. Recentemente, essa abordagem tem sido reconhecida como “investimento temático”.

As estratégias de SRI ganharam escala na década de 1990. Nasceu então uma nova abordagem de fundos, que não praticavam uma exclusão sumária de setores, mas avaliavam as empresas por meio de critérios ESG e as comparavam com seus pares dentro do próprio setor, independentemente de quão polêmico fossem ou da intensidade de seus impactos socioambientais. As carteiras eram definidas com os melhores do setor: uma estratégia *best-in-class*.

Nessa época, os fundos SRI já somavam cerca de US\$ 2 trilhões sob administração. Um representante icônico dessa nova geração foi o fundo norueguês Storebrand. No Brasil, os Fundos Ethical FIA do Banco ABN Amro Real (hoje Santander) foram a referência. Ao fim dos anos 1990, estimativas retratavam que US\$ 1 em cada US\$ 8 de recursos administrados por terceiros levavam em conta critérios sociais ou ambientais nos Estados Unidos.

Já nos anos 2000, a evolução dessa abordagem criou um novo tipo de estratégia, hoje conhecida como integração ESG, que incorporou de maneira explícita a análise ambiental, social e de governança no processo de tomada de decisão na construção de produtos. Por último, e não menos importante, surgiram também os investimentos de impacto (*impact investing*). A Figura 3 mostra a evolução das estratégias para investimento responsável.

Para atender à necessidade de indicadores de *benchmark* que pudessem dar referências de mercado ao desempenho dos fundos SRI que não paravam de crescer, algumas iniciativas em bolsas de valores começaram a publicar índices de sustentabilidade no mercado de capitais. O primeiro – e mais conhecido – foi o *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI), uma família de índices com carteiras de empresas abertas construídas a partir de critérios ESG. Na sequência, em 2001, uma *joint venture* entre o jornal *Financial Times* e a *London Stock Exchange* lançou o FTSE4Good, na Bolsa de Londres. A tendência contaminou mercados emergentes e influenciou a construção do índice SRI da Bolsa de Johannesburgo (JSE) (hoje, *FTSE/JSE Responsible Investment Index Series*) e do próprio Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3.

A partir de 2005, os índices de sustentabilidade proliferaram pelo mundo inteiro, incluindo Chile, Egito, Coreia, Suíça, Alemanha, entre outros, e hoje gera efeito de retroalimentação na própria indústria de fundos, criando um círculo virtuoso de demanda por uma gestão para a sustentabilidade nas empresas que buscam capital.

Figura 3.

Estratégias para investimento responsável

Filtro Negativo (<i>Negative screening</i>)	Filtro Positivo (<i>Positive screening</i>)	Investimentos temáticos	<i>Best-in-class</i>	Engajamento e voto	Integração ESG	Investimento de impacto (<i>Impact Investing</i>)
Exclusão de setores considerados controversos. Exclusões com base em valores/ crenças religiosas, normas e convenções internacionais e relacionadas a condutas e práticas.	Inclusão de setores de baixo impacto ambiental.	Seleção de ativos especificamente relacionados a temas de sustentabilidade em fundos com um ou múltiplos temas.	Investimentos em empresas que se destacam no setor pela adoção de critérios ESG.	Encoraja a adoção de melhores práticas. Apoia-se na influência dos investidores sobre a gestão da companhia, principalmente na forma de diálogo. Uso do poder de voz/voto para indução de práticas ESG nas empresas investidas.	Inclui integralmente análise ESG na análise financeira tradicional.	Investimentos em empresas, com a intenção de gerar impacto social e ambiental com retorno financeiro.

FONTE: ADAPTADO DE EUROSIF, 2018; GIIN, 2020; GLOBAL SUSTAINABLE INVESTMENT ALLIANCE, 2020.

No âmbito da ONU, a partir de 2006, algumas iniciativas foram sendo lançadas com vistas a encorajar as instituições financeiras e de seguros a incorporarem a lente de ESG em suas análises de riscos e oportunidades, crédito e investimento. Princípios para o Investimento Responsável (PRI) foi a primeira delas e se endereçava a investidores institucionais. A iniciativa hoje agrega cerca de 4.400 signatários, que administram mais de US\$ 120 trilhões em ativos.

Segundo o *Global Sustainable Investment Alliance*, os recursos sob administração de terceiros – *asset management* – em mercados de países desenvolvidos somavam US\$ 35,3 trilhões em 2020¹¹. No Brasil, embora não haja pesquisa e uma sistematização apurada desses recursos, dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) revelam que os ativos de fundos

classificados como de “governança/sustentabilidade” foram de R\$ 2,2 bilhões em setembro de 2021. Relativamente, esses valores são muito pequenos perto do valor total em fundos (R\$ 6,8 trilhões).

Em dezembro de 2021, a ANBIMA publicou novas regras que definem critérios para identificação de fundos ditos “sustentáveis”, expandindo a abrangência do que se considera um investimento sustentável (IS) aos fundos de renda fixa. O sufixo IS identificará os fundos que têm sustentabilidade como objetivo e a carteira deverá estar alinhada a esse propósito¹².

Por último – ainda no mercado de capitais –, o mercado de *green bonds*, títulos de dívida voltados ao (re)financiamento de projetos ou ativos com adicionalidade ambiental, cresce no Brasil. Mas ainda é muito insignificante comparado ao que esse mercado movimentava no mundo: US\$ 297 bilhões em 2020¹³.

A indústria de seguros também se movimentou nesses últimos anos. Os *Principles for Sustainable Insurance (PSI)*, em 2012, e os *Principles for Responsible Banking (PRB)*, em 2019, seguem as diretrizes do “irmão mais velho”, o PRI, dialogando com a indústria de seguros e bancária, respectivamente. O PSI congrega um quarto dos prêmios das empresas de seguro do mundo e mais de 260 bancos são signatários do PRB, o que representa mais de US\$ 70 trilhões em ativos.

No Brasil, o Banco Central – vale dizer, em atuação singular e pioneira para um país em desenvolvimento – tem operado no campo da responsabilidade empresarial para a indústria financeira. Em 2014, depois de processo de consulta que se iniciou na Rio+20, o Banco Central publicou a Resolução no 4.327¹⁴, medida que deve ser atualizada em 2022 para incluir diretrizes na gestão do risco climático. Em 2018, a Resolução no 4.661 definiu a necessidade de consideração de riscos ambientais, sociais e econômicos nas políticas das entidades de previdência complementar fechadas.

A mudança do clima tem sido o aspecto ambiental mais preocupante para reguladores de mercados internacionais. Também, em 2015, foi lançada a *Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)*, pelo *Financial Stability Board*, diretrizes que orientam bancos centrais a responder no campo regulatório aos desafios impostos pelas mudanças climáticas nas economias. Em 2017, a TCFD ampliou suas recomendações ao propor mais transparência às empresas do setor real da economia, para que as indústrias de investimentos, financiamento e seguros possam tomar decisões mais informadas.

Em 2020, respondendo a demandas de mercado, a União Europeia criou a Taxonomia para Atividades Sustentáveis (“*EU Taxonomy*”), que nomeia – e abandona nomes antigos – e organiza os setores da economia que têm impactos ambientais – positivos e negativos.

Assim, se fizermos um exercício de cruzar os principais marcos históricos dos debates do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade com os marcos dos investimentos responsáveis (Figura 4), veremos que o termo ESG nasceu das discussões do setor financeiro, mas não apartado do que ocorria na agenda internacional de organismos multilaterais, academia e setor empresarial, entre outros atores. No entanto, em 2020, após o anúncio da BlackRock, os termos – ou melhor, as narrativas – parecem ter se fundido e o ESG prevalecido frente à sustentabilidade empresarial ou RSE. O motivo disso ter acontecido é campo para novos estudos.

Figura 4.

Cruzamentos entre a evolução dos debates de sustentabilidade e investimentos financeiros

Pioneer Fund		Socially Responsible Investing		Positive Screening		Índices best in class		Princípios do Equador		Integração ESG		Davos Black Rock
1928	1950	1960 - 1970		1980	1987	1990	1992	2000	2010	2012	2015	2020
	Percepção sobre riscos da poluição nuclear.	Estudos da CEPAL.	Clean Air Act (Estados Unidos).		Relatório “Nosso Futuro Comum”.	Rio-92 Convenções Biodiversidade e Mudanças Climáticas (resultou no Protocolo de Kyoto).		Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).		Rio+20.		Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
		Primavera Silenciosa (1953) e o advento das chuvas ácidas em países europeus.	Clube de Roma <i>The limits to Growth</i> .			Agenda 21.				Relatório “O Futuro que queremos”.		Agenda 2030.
			Conferência sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo).									

FONTE: ELABORADA PELOS AUTORES

PARA FAZER DO IMAGINÁRIO UMA REALIDADE

A pesquisa “Vida saudável e sustentável 2021: Um estudo global de percepções do consumidor”¹⁵, lançada pelo Instituto Akatu em parceria com a consultoria GlobeScan em dezembro de 2021, revela que consumidores e consumidoras brasileiros estão mais céticos quanto ao grau de compromisso do setor empresarial com práticas de sustentabilidade. Essa queda, segundo o estudo, foi generalizada em 2020 e 2021, sendo mais acentuada nos setores de combustíveis fósseis, mineração e indústria química. Não escaparam também a indústria farmacêutica e o segmento de tecnologia e computadores.

A primeira hipótese para explicar essa queda é animadora: consumidores e consumidoras brasileiros estariam mais exigentes em relação às responsabilidades socioambientais das empresas. A segunda hipótese, não tão animadora, é que as empresas teriam performado pior em 2021. Mas o mais interessante é que essa queda de confiança coincide justamente com o tsunami do ESG. Segundo o diretor do Akatu, isso pode estar relacionado, já que as demandas ESG são muitas e variadas, o que requer das empresas uma agenda diversificada – mas muitas vezes fragmentada –, possivelmente influenciando o ceticismo da população.

Ao mesmo tempo e na contramão, há empresas – e uma parte do setor financeiro, talvez – que criaram seus imaginários e estão vivendo em um Metaverso: publicam seus relatórios agora “no padrão ESG” para investidores que se tornaram “conscientes” e tudo parece estar resolvido – ou pelo menos, com a lição de casa feita. O desafio é maior do que esse: incorporar ESG na estratégia empresarial passa por mudar o paradigma e a lógica de fazer negócios, o que contempla, ao menos quatro aspectos:

1. Olhar para a economia a partir da lente da Economia Ecológica, em que existem limites planetários claros que não podem ser ultrapassados:

· Considerando que as mudanças climáticas são o maior desafio que se apresenta à humanidade, seu combate passa por práticas empresariais que começam pela elaboração de inventário de gases de efeito estufa, para orientar a gestão de suas emissões e estabelecer metas de redução e neutralização de carbono e cálculos de pegada de carbono de produto – além de apoiar a cadeia de fornecedores nos mesmos passos. Cabe observar que essas ações são necessárias, mas insuficientes, pois é preciso olhar para todo o sistema econômico, com envolvimento, por exemplo, no debate de formulação e implementação de políticas públicas e no cumprimento de acordos internacionais para uma economia de baixo carbono;

2. Engajar-se nas questões sociais urgentes como a garantia de direito e o combate à fome, à pobreza e à desigualdade:

· Da mesma forma como nas questões ambientais, não há ambiente saudável para uma empresa em uma sociedade doente. Durante a pandemia da Covid-19, vimos muitas empresas direcionarem seus investimentos sociais privados ou seus orçamentos das áreas de sustentabilidade e outros para o enfrentamento da doença, promovendo ações para além muros. Da mesma forma, as empresas “ESG” devem agir para combater a fome, a desigualdade e a pobreza, uma vez que detêm poder e influência política e econômica (não nos esqueçamos que algumas empresas têm resultados financeiros maiores do que PIBs de muitos países). De qualquer forma, urge a necessidade de expansão das práticas empresariais de caráter assistencialista – o que não significa que se deve abandoná-las – para um olhar de inclusão social nos modelos de negócios, principalmente nas cadeias de fornecimento, e para a valorização da diversidade, com a não-discriminação e a equidade na relação com os diversos públicos, em especial, os colaboradores;

3. Questionar cabalmente a expansão do consumo e do crescimento econômico como sinônimos de desenvolvimento e todas as armadilhas a que eles nos levam:

· Pensar em inovações disruptivas que desacoplem – do inglês *decoupling* – o crescimento dos impactos ambientais (Figura 5) em duas perspectivas:

a• Desacoplagem/descasamento de recursos (*resource decoupling*): reduzir a taxa de uso de recursos primários (materiais, energia, água, terra) por unidade de atividade econômica, ou seja, desmaterializar a economia;

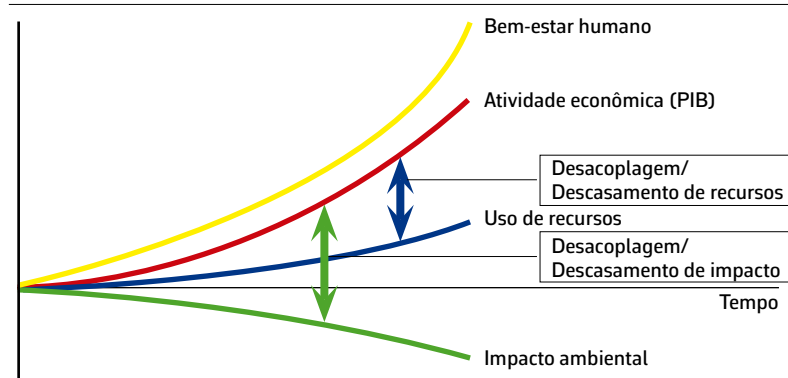
b• Desacoplagem/descasamento de impactos (*impact decoupling*): aumentar o produto econômico reduzindo os impactos ambientais, desde a extração de matérias-primas até o pós-consumo;

4. Explorar alternativas sistêmicas para nossa sociedade – e, conseqüentemente, para as empresas – como as apresentadas por Pablo Solón – decrescimento, comuns, Bem Viver, ecofeminismo, desglobalização, direitos da Mãe Terra¹⁶:

· O que colocamos em xeque não é apenas o modo de produção e a economia, mas outros princípios fundantes de parte das sociedades globais – ressaltamos aqui que há outras sociedades que vivem de forma diferente, regi-

Figura 5.

Estratégias de *decoupling* (desacoplagem/descasamento)



FORNTE: ADAPTADO DE UNEP (2011) - DECOUPLING NATURAL RESOURCE USE AND ENVIRONMENTAL IMPACTS FROM ECONOMIC GROWTH.

das por outros valores, crenças e sistemas. É importante entender que o crescimento é meio e não um fim em si mesmo. Destacamos também que o imaginário de crescimento levou séculos para se consolidar, assim como o patriarcado, portanto sua desconstrução leva tempo. Em adição, o princípio de decrescimento pode ser discutível para as sociedades do Sul global, onde as necessidades básicas não foram oferecidas a toda a população e a pegada ecológica é muito menor se comparada ao Norte global. Porém, não é por isso que o Sul deve percorrer o mesmo caminho que o Norte percorreu. Pelo contrário. Para Sólon, o decrescimento é justamente um chamado a romper com a dominação econômica e cultural do Norte, descolonizando nosso pensamento e não ingressando na sociedade do crescimento. E talvez os povos originários e tradicionais possam ser fontes de inspiração para esse ousado movimento.

O ponto é que, se partimos da premissa que os sistemas socioeconômicos se submetem às leis daquilo que nos dá suporte à vida, que são muito, mas muito mais fortes e poderosas, as inovações incrementais não vão garantir a tempestividade para os desafios que se apresentam. Não adiantará colocar a culpa no carteiro e sim na carta que a humanidade está escrevendo para as gerações futuras. Sim, é necessário colocar todos os bodes na sala e honrar o que chamamos de humanidade, em todas as suas dimensões. De outra maneira, vamos continuar na barbárie, em pleno século XXI, com outro nome ou acrônimo.

Agora, desligue ou escureça a tela do seu computador ou celular e olhe para ela. Uma tela preta. Um espelho. E se pergunte: a pessoa que você vê está acordada ou está sonhando?

NOTAS

1. Kurucz, E. C., Colbert, B. A., & Marcus, J. (2014). Sustainability as a provocation to rethink management education: Building a progressive educative practice. *Management Learning*, 45(4), 437–457.
2. Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Cornell, S. E., Fetzer, I., Bennett, E. M., ... Sörlin, S. (2015). Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science*, 347(6223), 1259855. doi:10.1126/science.1259855
3. Recuperado de <https://news.un.org/en/story/2021/08/1097362>
4. Recuperado de <https://blogs.worldbank.org/opendata/march-2021-global-poverty-update-world-bank>
5. Distribution of income or consumption. In: WORLD BANK. World development indicators. Washington, DC, [2020]. tab. 1.3. Recuperado de <http://wdi.worldbank.org/table>. Acesso em: jun. 2020.
6. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>
7. Recuperado de http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/Ranking_saneamento_2021/Relat%C3%B3rio-Ranking_Trata_Brasil_2021_v2.pdf
8. Duarte, R. (2015) “Turn to pollute”: Poluição atmosférica e modelo de desenvolvimento no “milagre” brasileiro (1967-1973). *Revista Tempo*, 21(37). doi: 10.1590/TEM-1980-542X2015v213710
9. Rockström, J., W. Steffen, K. Noone, Å. Persson, F. S. Chapin, E. F. Lambin, ... J. A. Foley. (2009). A safe operation space for humanity. *Nature*, 461(September), 472–475.
10. Nyberg, D. (2021), Corporations, Politics, and Democracy: Corporate political activities as political corruption. *Organization Theory*, 2 (1- 24). Doi: 10.1177/2631787720982618
11. Global Sustainable Investment Alliance, 2020.
12. Recuperado de <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/anbima-define-criterios-para-fundos-sustentaveis-que-passarao-a-ser-identificados-pelas-letras-is-no-nome>
13. CBI, 2021
14. Banco Central do Brasil, 2014.
15. Recuperado de https://akatu.org.br/wp-content/uploads/2021/11/VSS-2021-Relato%CC%81rio-Resultados-Pu%CC%81blicos_final.pdf
16. Solón, P. Alternativas Sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. Editora Elefante.